



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO**

**O PAPEL DO HABEAS CORPUS COLETIVO NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO**

RODRIGO MACHADO GUIMARÃES

**BRASÍLIA
2018**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

**O PAPEL DO HABEAS CORPUS COLETIVO NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO**

Autor: Rodrigo Machado Guimarães

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Souza Queiroz

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel, no Programa de
Graduação da Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília.

Brasília, 29 de novembro de 2018.

FOLHA DE APROVAÇÃO

RODRIGO MACHADO GUIMARÃES

O Papel do Habeas Corpus Coletivo no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, no Programa de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Aprovada em: 29 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Souza Queiroz
(Orientador – Presidente)

Prof.^a Dra. Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Resende
(Membro)

Prof. Dr. Bruno Corrêa Burini
(Membro)

Prof. Dr. Mamede Said Maia Filho
(Suplente)

*Ao Senhor, meu Deus,
que me ama desmedidamente, e que me sustenta.
Aos meus pais, Waterloo e Abigail,
que deram muito mais que o suporte necessário
para que eu tivesse uma boa formação acadêmica.*

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o instituto do habeas corpus numa possível aplicação coletiva. O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva impõe que haja um meio adequado para fazer cessar a respectiva lesão aos direitos individuais. Nesse contexto, considerando a crescente complexidade social e jurídica pela qual passamos, num cenário de proteção deficiente dos direitos fundamentais, e tendo em vista a tendência de coletivização das demandas observada nas últimas décadas, percebemos que a liberdade de locomoção foi um dos poucos direitos fundamentais que não conta com um instrumento de proteção coletiva. Cientes da falta de previsão legal e da resistência dos tribunais à aplicação coletiva do remédio heroico, ponderamos as dificuldades e as vantagens trazidas pelo emprego do habeas corpus coletivo. Revelou-se não só o cabimento, mas a necessidade de termos um instrumento adequado para a tutela coletiva da liberdade de locomoção.

PALAVRAS-CHAVE: Habeas Corpus. Coletivo. Cabimento. Direitos individuais homogêneos. Coletivização das demandas. Direito à tutela jurisdicional efetiva.

ABSTRACT

This study analyzes the writ of habeas corpus in an eventually collective utilization. The fundamental right to an effective judicial provision demands a proper instrument to cease the correspondent violation to another fundamental right. Therefore, considering the increasement in social and legal complexity we have been going through, in a context of insufficient protection of the fundamental rights, and noticing the trend to collectivize actions observed in the last decades, we realized that one fundamental right did not receive an adequate form of collective protection: freedom of movement. Aware of the lack of legal provision and the superior court's resistance to rule a collective habeas corpus, we balanced its advantages and disadvantages. It proved to be both feasible and necessary to have at our disposal an effective instrument to the collective guardianship of freedom of locomotion.

KEY-WORDS: Habeas Corpus. Collective. Individual homogenous rights. Right to an effective judicial provision. Criminal Class Actions.

Lista de Abreviaturas

<i>CF</i>	<i>Constituição Federal</i>
<i>CPP</i>	<i>Código de Processo Penal</i>
<i>CSJN</i>	<i>Corte Suprema de la Nación Argentina</i>
<i>HC</i>	<i>Habeas corpus</i>
<i>MPF</i>	<i>Ministério Público Federal</i>
<i>MS</i>	<i>Mandado de segurança</i>
<i>PGR</i>	<i>Procuradoria Geral da República</i>
<i>STF</i>	<i>Supremo Tribunal Federal</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O HABEAS CORPUS NO BRASIL	9
1.1 HISTÓRICO DO HABEAS CORPUS NO BRASIL	9
1.2 O HABEAS CORPUS NO PRESENTE	14
1.3 JURISPRUDÊNCIA RELATIVA AO HABEAS CORPUS.....	16
2. DISCIPLINA INFRACONSTITUCIONAL DO HABEAS CORPUS	18
3. O MANDADO DE SEGURANÇA COMO REMÉDIO RESIDUAL.....	20
3.1 O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL.....	22
4. A COLETIVIZAÇÃO DA TUTELA DE DIREITOS.....	25
5. CABIMENTO DO HABEAS CORPUS COLETIVO.....	30
5.1 ANÁLISE DE CASO – HC 143.641/SP	32
5.1.1 DO MÉRITO.....	32
5.1.2 DO PROCESSO.....	34
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O habeas corpus é uma garantia constitucional do cidadão inscrita no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal de 1988. A nossa Carta Magna elenca o habeas corpus como uma ação autônoma de impugnação que visa proteger os indivíduos em face de coações ilegais que restrinjam ou ameacem a sua liberdade de locomoção.

Na legislação infraconstitucional, o HC é disciplinado pelos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

À primeira vista, o habeas corpus é tido como um direito fundamental de tutela unicamente individual. Embora seja possível o litisconsórcio ativo, não há qualquer previsão do remédio heroico em uma eventual aplicação coletiva. A doutrina clássica sequer considera tal possibilidade.

Apesar disso, o histórico de impetrações nos últimos anos revela que os tribunais têm sido provocados a analisar situações concretas de restrição à liberdade de locomoção de uma coletividade. Em grande parte dos casos o mérito nem chega a ser analisado, e o processo é extinto apenas pela falta dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular e válido.

Numa tentativa de disponibilizar instrumentos para a solução de questões de uma sociedade cada vez mais complexa, o direito processual civil tem obtido grandes avanços, sobretudo no que diz respeito ao subsistema de processo coletivo, que vem sendo aperfeiçoado a cada dia que passa.

Muitas vezes, quando o Judiciário percebe a repetição em massa de situações indesejadas, a solução encontrada é editar uma súmula, num procedimento que na vida real se mostra demorado quanto à identificação do problema e a adoção das respectivas medidas para resolvê-lo.

Tal característica se afigura ainda mais absurda quando estamos tratando da liberdade de ir e vir de cada pessoa, mormente com o princípio da dignidade humana posto no centro do nosso ordenamento jurídico, irradiando seus efeitos para todas as esferas do direito.

Embora tenhamos presenciado os esforços do legislador e da jurisprudência dos tribunais superiores na criação e ampliação de mecanismos como o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção coletivo, as arguições de descumprimento de preceitos fundamentais, e do próprio processo constitucional, ao atual cenário de coletivização da tutela

de direitos, de solução em massa de processos, de vinculação entre as instâncias extraordinárias e ordinárias, de repetidas violações aos direitos fundamentais, acentuado pela desigualdade social e pela hipossuficiência econômico-jurídica que aflige a maior parte da população brasileira talvez ainda haja espaço para mais um instrumento de tutela coletiva de interesses individuais: o habeas corpus coletivo. É isso que buscaremos descobrir.

No primeiro tópico estudaremos as origens do habeas corpus no Brasil, compreendendo o final do século XIX até meados do século XX. No segundo capítulo veremos os contornos atuais do habeas corpus. Depois passaremos por linhas gerais do subsistema de processo coletivo, trataremos do mandado de segurança e uma eventual fungibilidade com o HC, e por fim discutiremos o cabimento do HC coletivo, fazendo uma análise de caso do HC 143.641/SP – o primeiro habeas corpus coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal – julgado no início de 2018.

1 O HABEAS CORPUS NO BRASIL

1.1 HISTÓRICO DO HABEAS CORPUS NO BRASIL

A constituição de 1824 não tratou do habeas corpus. Marcada pelo liberalismo da época, e inspirada na Constituição Francesa de 1791, havia apenas uma menção ao que chamamos hoje de ‘presunção de inocência’¹. A Carta de 1824 apenas assentou as bases sobre as quais o instituto do habeas corpus viria se fundar. Nas palavras de Pontes de Miranda:

Onde não há remédio do rito do habeas corpus, não há, não pode haver garantia segura da liberdade física. Errar é humano, coagir é vulgar; abusar do poder é universal e irremediável. [...] Só recurso pronto, fácil, suspensivo, como o habeas corpus, pode acudir à liberdade dos indivíduos.²

Oito anos depois, em 1832, o Código de Processo Criminal introduz na legislação brasileira o habeas corpus: “Todo cidadão que entender que ele ou outrem sofre prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade, tem direito de pedir habeas corpus em seu favor.”.

¹ Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados em lei; e nestes, dentro de vinte e quatro horas, contadas da entrada na prisão [...] dentro de um prazo razoável, que a lei marcará, atenta à extensão do território, o juiz por uma nota por ele assinada fará constar ao réu o motivo da prisão, o nome de seu acusador e os das testemunhas, havendo-as.

² MIRANDA, Pontes de. **História e Prática do Habeas Corpus: Direito Constitucional e Processual Comparado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

O prazo de análise do habeas corpus pelo juiz era de duas horas, nos tribunais, de quarenta e oito horas. No mesmo período surge a previsão de concessão *ex officio* de habeas corpus, equivalente ao atual §2º, do art. 654, do CPP.

No Código de Processo Criminal de 1832, a prisão seria considerada ilegal, nos termos do art. 353:

- 1º. Quando não houver uma justa causa para ela;
- 2º Quando o réu esteja na cadeia sem ser processado por mais tempo que o que marca a lei;
- 3º Quando o processo estiver evidentemente nulo;
- 4º Quando a autoridade que o mandou prender não tenha direito de o fazer;
- 5º Quando já tenha cessado o motivo que justificava a prisão.

O habeas corpus brasileiro foi inicialmente concebido de forma mais restrita. A sua finalidade era meramente liberatória (liberdade física). Coube à jurisprudência, com a prática jurisdicional, alargar o seu âmbito de incidência. Pontes de Miranda comenta que o Código de Processo Criminal se inspirou nos *Habeas Corpus Acts* ingleses de 1679 e 1816, adquirindo feições nacionais ao longo do tempo.

Cumprir destacar que os escravos não podiam ser impetrantes ou pacientes de habeas corpus. O art. 340 do Código de Processo Criminal limitava a capacidade postulatória aos cidadãos - os escravos, tidos como mercadoria, ficaram excluídos.

Posteriormente, uma lei de 1841 dispôs que a autoridade competente para conceder a ordem deveria ser um magistrado superior ao que decretou a prisão, e criou uma espécie de ‘reexame necessário’ das decisões que concedessem a liberdade dos pacientes.

Entre 1832 e 1871 houve, pelo poder legislativo, assim como pela jurisprudência, uma tendência de ampliar o cabimento do remédio jurídico, estendendo a legitimidade ativa aos estrangeiros, autorizando o uso do writ com a simples ameaça ou iminência de constrangimento corporal (finalidade preventiva), e admitindo que a fiança fosse requerida e apreciada no bojo do mesmo processo, em ambas as instâncias.

Alguns anos depois, através do Decreto nº 848 de 1890, aumentou-se a possibilidade recursal do habeas corpus, permitindo que o recurso, em casos de denegação da ordem, alcançasse o Supremo Tribunal Federal.

Somente em 1891, nos primórdios da fase republicana, é que o habeas corpus passa a ser expressamente previsto na constituição. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em seu artigo 72, § 22, assim dispunha: “Dar-se-á o habeas corpus sempre que o

indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder.”.

Outrora simples remédio processual, fruto do legislador ordinário, o habeas corpus agora adquire o status de norma constitucional, passando a gozar das vantagens da rigidez constitucional³.

Pontes de Miranda enxergava claramente essa evolução:

Antes, ao tempo do império, o habeas corpus consistia apenas no *modus operandi*, como diria Bacon, isto é, na maneira pela qual a lei relativa à liberdade física produz o seu efeito, quando violada. Hoje, e desde 1891, dada a sua consagração constitucional, nada mais nos resta que aceitar como produto de evolução subitânea [...] saindo, por uma variação descontínua, de tipo jurídico já formado para uma espécie nova [...], de forma de direito, ou remédio processual, para a categoria máxima, politicamente fundamental e juridicamente suprema, de direito constitucional.⁴

O habeas corpus passa a ser considerado um direito público constitucional subjetivo ligado intrinsecamente ao exercício pleno das demais garantias e liberdades individuais. A nova redação do instituto estendeu o seu alcance para além da mera liberdade física. A interpretação extensiva que fora conferida pela doutrina e jurisprudência transformou-se em matéria constitucional.

A falta de outros remédios e mecanismos processuais para a garantia dos direitos individuais, visando o controle do arbítrio estatal, gerou a necessidade de ampliação do uso do habeas corpus. Havia na jurisprudência, amparada pela doutrina, uma vontade de alargar a aplicação do instituto às coações que, de algum modo, pudessem obstar o exercício dos direitos políticos e eleitorais. Esse movimento ficou conhecido como ‘doutrina brasileira do habeas corpus’.

Ruy Barbosa foi um dos líderes dessa nova doutrina. Uma série de impetrações de HC no STF levou a discussão à instância máxima do judiciário. Inicialmente refutada, a proposição da ampliação do uso do habeas corpus começou a ser aceita. Gradualmente, o Pretório Excelso foi consolidando a tese segundo a qual “o habeas corpus aplica-se à proteção da liberdade

³ De acordo com as disposições constitucionais (art. 90), apenas o Congresso Nacional, por um quarto dos membros da Câmara dos Deputados, ou do Senado, e o Legislativo dos Estados, pelo voto de, pelo menos, 2/3 dos estados da federação, poderiam tomar a iniciativa de qualquer projeto com vistas à alteração da Constituição de 1891.

⁴ MIRANDA, Pontes de. **História e Prática do Habeas Corpus: Direito Constitucional e Processual Comparado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

individual em sentido amplo, e não ao caso restrito de não se poder ser preso e conservado em prisão por ato ilegal”.

O ministro Pedro Lessa foi uma das molas propulsoras da doutrina no âmbito do STF. Lessa entendia que a liberdade de locomoção era a base do exercício dos demais direitos, de modo seria legítima a tutela indireta destes direitos pela via do habeas corpus. Seu pensamento é sintetizado no voto do HC 5.475, de 1919, *in verbis*:

A doutrina do Tribunal, consagrada em copiosíssima jurisprudência, consiste em conceder a ordem de habeas corpus tanto no caso em que o paciente prova que sofre ou que está ameaçado de sofrer uma prisão, ou coação ilegal a sua liberdade individual necessária à prática de quaisquer atos da vida, como também no caso em que o paciente prova que sofrerá uma coação ilegal à sua liberdade individual, se quiser exercer uma determinada função, que ele tem tão incontestável direito de exercer, como tem direito de praticar os atos comuns da vida, para os quais necessária é a liberdade individual física ou de movimentos.⁵

Nesse mesmo início de século XX, foram criadas as bases do que viria a ser o mandado de segurança. A doutrina brasileira do habeas corpus exigia, também, o binômio certeza/liquidez do direito - a incontestabilidade -, a fim de conceder a ordem de HC.

Sobre a função social do instituto no Brasil, faz-se imperativo transcrever as sábias - e atuais - palavras do grande mestre Pontes de Miranda⁶:

Nós ainda vivemos, no interior, como se coexistissem na mesma forma social o presente da civilização universal e o passado da nossa realidade histórica. Há pequena minoria que explora, com auxílio do analfabetismo, da força policial e política, a grande maioria dos indivíduos nascidos no Brasil.

O habeas corpus, alavanca social, que manobrada pelo simples rábula dos sertões, ou pelo bacharel que exerce, mais do que se pensa, pelo interior do país, a anônima e alta missão civilizadora e renovante, faz cessar a violência do chefe local, ou dos agentes do governo federal, ou estadual, mediante a ordem concedida originariamente ou em grau de recurso, pelo Supremo Tribunal Federal.

Entre 1925 e 1926, durante o atribulado governo de Arthur Bernardes, o executivo promove uma ‘revisão constitucional’ - promulgada durante o estado de sítio -, alterando a redação do § 22, do art. 72, da Constituição, cuja redação era: “Dar-se-á o habeas corpus sempre

⁵ HORBACH, Carlos Bastide. **Memória Jurisprudencial: Ministro Pedro Lessa**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

⁶ MIRANDA, Pontes de. **História e Prática do Habeas Corpus: Direito Constitucional e Processual Comparado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

que alguém sofres ou se achar em iminente perigo de sofrer violência por meio de prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção”.

Na ordem constitucional anterior, o habeas corpus protegia não somente a liberdade física, mas também a liberdade política. Era possível a concessão da ordem para que as pessoas investidas de funções/mandatos políticos continuassem exercendo seus cargos, barrando os efeitos políticos decorrentes da restrição indevida da liberdade. Era a liberdade meio (física) salvaguardando a liberdade fim (política).

Nota-se que houve uma restrição significativa no alcance das situações contempladas pelo uso do habeas corpus, sobretudo no que diz respeito à dimensão política da proteção que o *writ* anteriormente assegurava. Com a reforma, o texto constitucional vedava qualquer recurso/remédio contra a intervenção federal nos estados, contra os atos praticados durante o estado de sítio, além de outras situações.

Após alguns anos de grande instabilidade político-constitucional, a Carta de 1934 retoma o texto de 1891, restringindo a aplicação do habeas corpus, apenas, nos casos de transgressões disciplinares. Houve a criação do mandado de segurança e da justiça eleitoral, a quem competia o julgamento dos habeas corpus envolvendo matéria eleitoral. Ao STF foi dada a competência originária para conhecer de habeas corpus sem a necessidade de tramitar pelas instâncias ordinárias.

A Constituição de 1937, embora outorgada, trazia disposições semelhantes, entretanto, havia previsão expressa do ‘estado de emergência’ que vigorou nos anos posteriores. O art. 170 estabelecia que nenhum ato praticado durante o estado de emergência ou do estado de guerra poderia ser conhecido pelos juízes e tribunais.

Pontes de Miranda, contudo, afirma que o habeas corpus como direito público subjetivo não foi suspenso, como regra, nesse período. Apenas a coação resultante de ofensa direta à segurança nacional esteve excluída do alcance do writ, mas o autor destaca que ao longo da história do STF sempre houve uma minoria de ministros que sustentavam a suspensão generalizada do habeas corpus.

Em 1946 o Brasil recebe a sua quinta constituição. Aprendendo com a experiência autoritária recente, há um esforço para a recomposição dos caminhos tomados até o final da

década 1920. O texto constitucional de 1946 traz de volta a redação clássica⁷, e o habeas corpus recebe uma proteção contra as restrições do estado de sítio.

Durante o regime militar, o habeas corpus foi suspenso apenas nos crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, com a promulgação do Ato Institucional número 5, de 1968. No ano seguinte, o AI-6 trouxe algumas mudanças no processamento do habeas corpus. A Emenda nº 1 de 1969 alterou o artigo 114 da Constituição Federal, vedando a impetração de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário (RHC). Com a nova disposição, a tramitação do habeas corpus tornou-se mais lenta, prejudicando a celeridade processual que havia antes da extinção da fungibilidade entre os recursos.

1. 2 O HABEAS CORPUS NO PRESENTE

Duas décadas depois, uma nova Constituição Federal é promulgada. A Carta de 1988 assim dispõe no art. 5º, inciso LXVIII: “Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

A CF/88 trouxe consigo uma longa série de direitos e garantias individuais. A positivação dos direitos fundamentais é fruto da experiência histórico-constitucional vivida ao longo do século XX.

Nesse contexto de repetidas violações à dignidade da pessoa humana - princípio basilar de todo o ordenamento jurídico -, fica cada vez mais evidente a necessidade de conferir efetividade aos remédios constitucionais, em especial, do habeas corpus, visando sempre a proteção dos direitos inerentes à nossa mera condição humana, sobretudo em uma constituição programática e dirigente como a nossa. De acordo com o professor José Afonso da Silva:

[...] esses remédios não deixam também de exercer um papel limitativo da atuação do Poder Público, quer porque, existindo, este se comporta de maneira a evitar sofrer-lhes a impugnação, quer porque o exercício desses direitos-remédios pelos titulares dos direitos ou interesses violados ou ameaçados ou não satisfeitos nos termos da Constituição importa impor correção a seus atos e atividade, o que é um modo de limitar. E mais: tais remédios atuam

⁷ Art. 141, § 23 - Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

precisamente quando as limitações e vedações não forem bastantes para impedir a prática de atos ilegais e com excesso de poder ou abuso de autoridade.⁸

O habeas corpus constitui, portanto, o meio processual apto a viabilizar a observância dos direitos fundamentais ora positivados. Passaremos, agora, a tratar do habeas corpus no plano legal e jurisprudencial, a fim de compreender como o remédio heroico tem sido utilizado pelas nossas cortes superiores.

Embora o habeas corpus esteja situado no Título II do Código de Processo Penal, que trata dos Recursos em Geral, é pacífico que o HC tem natureza de ação autônoma de impugnação, cuja finalidade é a proteção do *ius libertatis* do agente. Mesmo nos casos de concessão de ofício, a doutrina segue convicta de que o HC mantém a sua característica de ação autônoma.

O art. 674 do CPP dispõe que “dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.”. Para compreender melhor o instituto, é importante compreender os pressupostos processuais e as condições para o exercício do direito de ação.

Quanto ao interesse de agir, o HC deve ser manejado contra a violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder. Violência remete à *vis corporalis*, a violência física ou material. A coação, por outro lado, está ligada à *vis compulsiva*, a violência moral - o medo e a intimidação.

O constrangimento ou a ameaça dele deve ser objetivamente considerada e provada. Exige-se a prova pré-constituída da existência de atos concretos que possam causar, direta ou indiretamente, perigo ou a restrição à liberdade de locomoção do paciente.

Na prática, é notória a utilização do habeas corpus como meio de impugnação de decisões judiciais - quando o HC é utilizado para trancar o processo em razão da falta de justa causa para a persecução penal, com fulcro no inciso I, do art. 648, do CPP, por exemplo - atuando como verdadeiro recurso.

Esse tipo de aplicação tem sido cada vez mais frequente, transformando o habeas corpus em uma espécie de ‘agravo amplo’ cabível contra toda decisão interlocutória proferida

⁸ SILVA, José Afonso da. **O Constitucionalismo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2011.

no curso do processo penal. Para Gustavo Badaró:

[...] mesmo nos casos em que há recurso específico, prefere-se o habeas corpus, por ser medida mais eficaz. Na prática, porém, verifica-se um paradoxo. Tal medida, em princípio, parece benéfica, uma vez que amplia a possibilidade de utilização de um mecanismo para proteção da liberdade de locomoção. Todavia, de fato, a liberdade muitas vezes acaba sendo prejudicada. O volume de habeas corpus nos tribunais é tão grande que já não se observa uma tramitação prioritária. Não é incomum, em caso até mesmo de habeas corpus liberatório, a demora de meses e meses para o seu julgamento.⁹

1.3 JURISPRUDÊNCIA RELATIVA AO HABEAS CORPUS

Eis alguns exemplos da jurisprudência do STF:

- Não é cabível habeas corpus para o reexame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos (HC 114.293/MG. Rel. Min. Marco Aurélio. Julgado em 1º/12/15).
- Não é possível, na via do habeas corpus, discutir-se a correta tipificação dos fatos imputados ao paciente na ação penal. (HC 111.445/PE. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgado em 16/04/13).
- Excepcionalmente é admitido o HC para analisar a pena aplicada se houver ilegalidade manifesta, desde que não seja necessária a rediscussão de provas. (HC 110.152/MS. Rel. Min. Cármen Lúcia. Julgado em 08/05/12).
- O habeas corpus não é meio processual adequado para o apenado obter autorização de visita de sua companheira no estabelecimento prisional. (HC 128.057/SP. Red. p/ Min. Alexandre de Moraes. Julgado em 1º/08/17).
- Habeas corpus não é o instrumento adequado para pleitear trancamento de processo de impeachment. (HC 134.315/DF, Rel. Min. Teori Zavascki. Julgado em 16/06/16).
- Não se admite habeas corpus para se questionar nulidade cujo tema não foi trazido antes do trânsito em julgado da ação originária e tampouco antes do trânsito

⁹ BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2018.

em julgado da revisão criminal. (RHC 124.041/GO. Red. p/ Min. Roberto Barroso. Julgado em 30/08/16).

- Não se admite, também, a reformato in pejus nos autos de habeas corpus (HC 126.869/RS. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgado em 23/06/15).

- Súmula 691/STF: Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

- A Súmula 691 pode ser afastada em casos excepcionais, quando houver teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder que possam ser constatados “*ictu oculi*”. (HC 143.476/RJ. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgado em 06/06/17).

Vê-se, portanto, que superada está a antiga doutrina brasileira do habeas corpus.¹⁰

Os tribunais superiores têm excluído qualquer outra aplicação prática que não seja relacionada diretamente com a liberdade física do paciente. Apenas a liberdade de locomoção restou abarcada pelo HC. A proteção dos demais direitos líquidos e certos foi delegada ao Mandado de Segurança, que será posteriormente analisado na sua aplicação coletiva.

No âmbito processual, o Superior Tribunal de Justiça e a 1ª Turma do STF não mais admitem o manejo de habeas corpus substitutivo - aquele HC impetrado no lugar do recurso em espécie cabível contra tal decisão. A utilização indiscriminada do habeas corpus tem provocado uma sobrecarga de processos no STJ e no STF, causando grave prejuízo à celeridade desejada. Não obstante a falta de previsão legal, Renato Brasileiro de Lima acrescenta que:

[...] deve ser prestigiada a função constitucional excepcional do habeas corpus.

¹⁰ Com a cessação, em 1926, da doutrina brasileira do habeas corpus, a destinação constitucional do remédio heroico restringiu-se, no campo de sua específica projeção, ao plano da estreita tutela da imediata liberdade física de ir, vir e permanecer dos indivíduos, pertencendo, residualmente, ao âmbito do mandado de segurança, a tutela jurisdicional contra ofensas que desrespeitem os demais direitos líquidos e certos, mesmo quando tais situações de ilicitude ou de abuso de poder venham a afetar, ainda que obliquamente, a liberdade de locomoção física das pessoas. O remédio constitucional do habeas corpus, em consequência, não pode ser utilizado como sucedâneo de outras ações judiciais, notadamente naquelas hipóteses em que o direito-fim (a proteção da relação de confidencialidade entre advogado e cliente, no caso), não se identifica com a própria liberdade de locomoção física. A jurisprudência do STF tem salientado que, não havendo risco efetivo de constrição à liberdade de locomoção física, não se revela pertinente o remédio do habeas corpus, cuja utilização supõe, necessariamente, a concreta configuração de ofensa, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas. Doutrina. Precedentes. [...] A mera formulação, por representante do Ministério Público, de pedido de interceptação telefônica, para os fins a que se refere a Lei 9.296/1996, por traduzir simples postulação dependente de apreciação jurisdicional (CF, art. 5º, XII), não importa, só por si, em ofensa à liberdade de locomoção física de qualquer pessoa, descaracterizando-se, desse modo, a possibilidade de adequada utilização do remédio constitucional do habeas corpus. (HC 83.966 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 23/06/04, publicado em 25/11/05).

Porém, não se pode desmerecer as funções das instâncias regulares de processo e julgamento, sob pena de se desmoralizar o sistema [...] e forçosamente deslocar para os tribunais superiores o exame de matérias próprias das instâncias ordinárias [...]. Logo, deve ser reconhecida a inadequação do habeas corpus sempre que a sua utilização revelar a banalização da garantia constitucional ou a substituição do recurso cabível, com inegável supressão de instância.¹¹

Sobre a legitimação ativa, o habeas corpus não exige capacidade postulatória, de modo que qualquer pessoa pode ser impetrante - até mesmo em nome de outrem, em verdadeira substituição processual. Por essas razões, a doutrina considera o habeas corpus como um exemplo de ação penal popular.

A jurisprudência estende a inexigibilidade de capacidade postulatória para os eventuais recursos interpostos em decorrência do writ original. Cumpre salientar que o Ministério Público, por expressa previsão legal, também tem legitimidade para impetrar ordem de habeas corpus (art. 654, do CPP, e Lei 8.625/93).

A legitimidade passiva recai sobre a pessoa responsável pela violência ou coação ilegal à liberdade de locomoção do paciente. Não necessariamente a autoridade coatora será a pessoa detentora do preso. A doutrina também exemplifica que um particular pode ser tido como coator, como nos casos em que um hospital impede o paciente de deixar o estabelecimento em virtude do não pagamento de despesas referentes ao tratamento.

2. DISCIPLINA INFRACONSTITUCIONAL DO HABEAS CORPUS

Como visto anteriormente, para que a ordem de habeas corpus seja concedida é necessária a demonstração, por meio de prova pré-constituída, do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção. Para facilitar a compreensão do tema, faremos um breve exame das hipóteses de cabimento. O legislador descreve, no art. 648 do CPP - num rol não taxativo - as situações quem que a coação será considerada ilegal, quais sejam:

Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:

I - Quando não houver justa causa;

¹¹ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 5. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

- II - Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;
- III - Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;
- IV - Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação;
- V - Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;
- VI - Quando o processo for manifestamente nulo;
- VII - Quando extinta a punibilidade.

No inciso I, a expressão justa causa é normalmente associada ao conjunto de elementos de fato e de direito que torna legítima a acusação, ou seja, exige-se que haja um suporte fático e probatório que indique um mínimo de viabilidade de condenação. A falta de justa causa pode compreender uma infinidade de situações, visando desde o trancamento das investigações preliminares até a ação penal.

O inciso II trata do excesso de prazo da prisão, englobando as prisões temporárias, preventivas e a demora na soltura do condenado que já houver cumprido toda a pena privativa de liberdade.

A terceira hipótese versa sobre a coação determinada por autoridade incompetente. A incompetência para ordenar a prisão gera um vício insanável no processo penal. Tal matéria de ordem pública, portanto, não sendo prorrogável, constitui causa de nulidade absoluta dos atos praticados sob essas circunstâncias.

No inciso IV, havendo mudança no alicerce fático/legal que autorizara a prisão, de modo a torná-la ilegítima, o relaxamento da prisão é medida que se impõe. Nas palavras de Renato Brasileiro:

[...] de fato, os pressupostos que autorizam a imposição da prisão cautelar ou das medidas cautelares diversas da prisão devem estar presentes não apenas no momento da sua decretação, como também durante toda a continuidade de sua imposição no curso da ação penal.¹²

Dessa forma, cessada as causas que apoiaram o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, a prisão deve ser revogada pela autoridade que a houver decretado.

A quinta hipótese visa assegurar o direito subjetivo à prestação da fiança, nos casos previstos em lei, para que o acusado permaneça em liberdade ao longo da instrução criminal,

¹² LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 5. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

até o trânsito em julgado - ou a sentença condenatória de segundo grau.

O inciso VI tem como finalidade a anulação do processo manifestamente nulo. Caso o reconhecimento da nulidade da ação penal não demande dilação probatória, o habeas corpus é o remédio cabível.

No último inciso, a situação autorizadora é a extinção da punibilidade, que se dá mediante as hipóteses do art. 107 do CP e das demais leis penais extravagantes.

Cumprе ressaltar que o rol descrito acima não é taxativo, havendo outras situações passíveis de impugnação pela via do habeas corpus.

Quanto ao procedimento do remédio heroico, tendo em vista a simplicidade e a sumariedade que o orientam, resulta que não há uma fase de instrução probatória. Todavia, incumbe ao impetrante, sem prejuízo do costumeiro pedido de informações à autoridade coatora, municiar o juízo competente com os elementos pré-constituídos que comprovem a existência inequívoca do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção. Via de regra, não se admite a prova testemunhal nem a realização de provas complementares no rito da cognição sumária.

Apesar da falta de previsão legal, a doutrina e a jurisprudência admitem a concessão de medida liminar em habeas corpus. É necessário, contudo, que estejam presentes os mesmos requisitos das medidas cautelares em geral: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Isso decorre de aplicação analógica do artigo 7º, inciso III, da Lei 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança).

Falando sobre o Mandado de Segurança, faz-se oportuno, para os fins desse trabalho, examinar algumas das suas características e relações como instituto do habeas corpus.

3. O MANDADO DE SEGURANÇA COMO REMÉDIO RESIDUAL

O mandado de segurança, nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da CF/88, é o instrumento processual utilizado para “proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus e habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público”.

O *mandamus* é uma criação eminentemente brasileira¹³. Introduzido na Carta de 1934, o mandado de segurança é fruto do trabalho doutrinário e jurisprudencial desenvolvido no início do século XX. De acordo com Uadi Lammego Bulos:

A fonte de inspiração imediata do mandado de segurança foi a teoria brasileira do habeas corpus, juntamente com os interditos possessórios e a ação anulatória de atos da administração (Lei nº 221/1894). Indiretamente, guarda similitude com institutos congêneres em vários writs do Direito anglo-americano (*mandamus*, *prohibition*, *certiorari*, *quo warrant*, *injunction*, *declaratory judgements* [...]). Durante as Ordenações do Reino, tivemos institutos jurídicos parecidos com o mandado de segurança. Nas Ordenações Afonsinas, por exemplo, existiu apelação extrajudicial, muito próxima do nosso writ. O mesmo se diga em relação às Ordenações Manuelinas.¹⁴

Atualmente, tendo em vista três dos valores mais caros à prestação da jurisdição: o acesso à justiça, a duração razoável do processo e a legalidade, o mandado de segurança constitui um dos principais instrumentos para a consecução e a realização efetiva de tais objetivos. Disciplinado originalmente pela Lei 191 de 1936, e posteriormente pela Lei 1.533/1951, hoje o *mandamus* é regulado pela Lei 12.016/09.

As vantagens oferecidas pelo mandado de segurança são manifestadas na necessidade de prova pré-constituída, na exigência do direito líquido e certo, no procedimento simples, e na celeridade que resulta dessa combinação.

A doutrina clássica entende por direito líquido e certo como aquele que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão, e apto a ser exercitado no momento da sua impetração.

Considerando que, no rito do mandado de segurança, não há previsão de dilação probatória, os tribunais exigem, na prática, que o direito possa ter a sua existência/delimitação comprováveis de plano pela prova documental. O direito de buscar a tutela pela via do mandado de segurança decai em 120 dias, contados da ciência do ato que se pretende impugnar.

A ordem não será concedida, conforme dispõe o art. 5º da Lei 12.016/09, quando couber recurso administrativo ou judicial com efeito suspensivo, e quando a decisão judicial já houver transitado em julgado. Vale lembrar que a decisão que concede a segurança, assim como nas ações contra a Fazenda Pública, está sujeita ao reexame necessário.

¹³ Os projetos legislativos sobre o mandado de segurança datam do período pós reforma constitucional de 1926.

¹⁴ BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

É certo que o mandado de segurança fora originalmente concebido tendo em mente a sua aplicação no processo civil mas, tendo em vista as inúmeras ilegalidade e o abuso de poder vistos diariamente nos nossos tribunais, poder-se-ia falar em mandado de segurança no processo penal?

3.1 O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL

Inicialmente, temos que o mandado de segurança tem natureza de ação de conhecimento. Isso é pacífico. A doutrina diverge, entretanto, quanto à classificação da ação: se declaratória, constitutiva, condenatória, cautelar ou de execução.

Humberto Theodoro Junior a classifica como ação mandamental, em razão da imperatividade da ordem de autoridade expedida pelo magistrado: “é procedimento especial com imediata e implícita força executiva contra os atos administrativos. Acolhida a segurança impetrada, o juiz vai além da simples declaração e condenação. [...] Fala-se, por isso, em ação mandamental.”¹⁵

Na atual conjuntura do MS, só é possível a sua impetração quando o direito violado ou ameaçado não for amparado por habeas corpus ou habeas data. O seu uso se dá pela aplicação residual dos remédios constitucionais.

O requisito do direito líquido e certo é o mesmo que fora comentado anteriormente. A legitimidade ativa foi outorgada a qualquer pessoa física ou jurídica que sofrer violação ou justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, incluindo o terceiro prejudicado, ainda que atingido indiretamente.

O sujeito passivo é a autoridade da qual emanou o ato ilegal (ou a ordem para a sua prática) ou o abuso de poder, devendo ser indicada na petição inicial a pessoa jurídica a que se encontra integrada a autoridade tida como coatora.

A doutrina admite tranquilamente a impetração de mandado de segurança contra ato praticado pela Polícia Judiciária, compreendendo os atos executados do início ao fim da

¹⁵ THEODORO JUNIOR, Humberto. **O mandado de segurança segundo a Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

persecução penal. Questiona-se, todavia, a utilização do writ contra os atos jurisdicionais.

Na origem, o MS não se destinava à proteção contra atos do Poder Judiciário, mas sim contra os abusos do Poder Executivo. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula 267, segundo a qual “não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição”. Com o passar do tempo, a prática judiciária caminhou no sentido de ampliar a sua cobertura para também abranger os atos do Poder Judiciário. Conforme a lição de Ada Pellegrini Grinover:

[...] a tentativa de cristalização da jurisprudência da Suprema Corte não prevaleceu, apesar de a súmula jamais ter sido revogada. A verdade é que, no curso da demanda, surgem com bastante frequência atos jurisdicionais ilegais, cuja execução é apta a provocar dano irreparável a uma das partes. E a existência de recurso contra esse ato poderia não ser suficiente para evitar o dano, quando a impugnação não tiver efeito suspensivo. Nesses casos, o único meio capaz de evitar o dano seria o mandado de segurança, notadamente pela suspensão liminar do ato impugnado. Pode-se afirmar, portanto, que, se o *writ* não pretendia, inicialmente, ser instrumento de controle de atos jurisdicionais, as necessidades da vida judiciária acabaram levando-o a preencher essa finalidade.¹⁶

Considerando o texto legal, temos que o mandado de segurança pode ser impetrado contra ato de qualquer autoridade - a lei não menciona qualquer exceção - desse modo, se se pretende que o *writ* tenha a eficácia e o alcance necessários para a tutela efetiva dos direitos e garantias individuais, o seu escopo de cabimento deve ser ampliado.

Na obra “Comentários à Lei do Mandado de Segurança: Lei 12.016/09, de 7 de agosto de 2009”, os autores¹⁷ entendem que:

Sem sombra de dúvida, os atos praticados e as decisões proferidas por magistrados no desempenho das funções decorrem do exercício da jurisdição e são atos de autoridade. Não se tem por abaladas a estabilidade e a segurança das decisões judiciais com a possibilidade de ajuizamento de mandado de segurança contra ato jurisdicional. Ao contrário, a ágil possibilidade de revisitar situação gravosa, geradora de flagrante violação a direito líquido e certo, prestigia a atividade jurisdicional, que assim se expande não apenas sobre atos do Executivo e do Legislativo, mas também sobre seus próprios atos, o que sem sombra de dúvida reafirma a autoridade do Poder prolator.¹⁸

¹⁶ GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: RT, 2011.

¹⁷ Luiz Manoel Gomes Junior, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luís Otávio Sequeira de Cerqueira, Renato Marcão, Rogério Favreto e Sidney Palharini Júnior.

¹⁸ GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. et al. **Comentários à Lei do Mandado de Segurança: Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009**. São Paulo: RT, 2015.

É oportuno salientar que não se trata de desvirtuamento do sistema recursal disponível, principalmente pelas vedações do próprio art. 5º da Lei 12.016/09¹⁹. Desse modo, atendidos os requisitos legais, o MS pode ser impetrado visando discutir uma decisão interlocutória contra a qual não exista recurso previsto ou, o havendo, não seja ele dotado de efeito suspensivo - há aqui uma complementação da matéria tutelada pelo habeas corpus, abarcando, por exclusão, aquilo que não envolve de forma direta a liberdade de locomoção do impetrante.

Pode acontecer que a mera existência de um recurso contra ato jurisdicional de matéria criminal, lesivo a direito líquido e certo, praticado ilegalmente ou com abuso de poder, se mostra insuficiente para evitar o dano, caso o meio de impugnação seja recebido apenas no efeito devolutivo. As impetrações mais recorrentes na prática judiciária brasileira versam sobre as seguintes discussões:

Acesso de advogado aos autos de inquérito policial; poderes investigatórios do Ministério Público; quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico; justa causa para prosseguimento de ação penal ambiental em razão da existência de termo de ajustamento de conduta lavrado; inépcia da denúncia; arguição de suspeição do órgão do Ministério Público; indeferimento de diligências requeridas pelo Ministério Público por ocasião do oferecimento da denúncia; ato do juiz que, contrariando posição do Ministério Público, oferece proposta de transação penal nos moldes do art. 76 da Lei 9.099/1995; incidência retroativa do art. 366 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 9.721/1996; produção antecipada de provas; medida de busca e apreensão; nulidade da decisão que determinou busca e apreensão de documentos; apreensão cautelar de veículo automotor; bloqueio de bens; hipoteca legal determinada sobre bens do réu e de sua empresa; decisão que concede medida cautelar de sequestro de bens; decisão judicial que concede a terceiro a utilização de bens provisoriamente apreendidos; cerceamento de defesa decorrente de decisão que indefere pedido de diligências; restituição de bens e documentos; restituição de veículo apreendido em transporte de droga; atribuição de efeito suspensivo em carta testemunhável (art. 646 do CPP); atribuição de efeito suspensivo a agravo em execução (art. 197 da LEP); sigilo das informações referentes a processo suspenso com fulcro no art. 89 da Lei 9.099/1995; cancelamento de registros criminais.²⁰

Em resumo, a utilização de mandado de segurança na jurisdição criminal é uma prática bastante difundida no cotidiano forense, ainda que com certa resistência pelos tribunais, consolidando o sistema processual organizado pelo legislador, mas sempre condicionado aos

¹⁹ Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I- de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; II- de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; III- de decisão judicial transitada em julgado.

²⁰ GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. et al. **Comentários à Lei do Mandado de Segurança: Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009**. São Paulo: RT, 2015.

pressupostos que aqui expusemos brevemente.

Assim, por mais semelhante que seja a natureza dos direitos tutelados pelo mandado de segurança e pelo habeas corpus, não podemos falar que há entre ambos a fungibilidade que supriria a falta de um HC coletivo.

O mandado de segurança na sua modalidade coletiva será tratado um pouco mais adiante. Antes, porém, interessa examinar o processo coletivo brasileiro.

4. A COLETIVIZAÇÃO DA TUTELA DE DIREITOS

O CPC/73, que vigorou até o início de 2015, não trouxe instrumentos para a tutela de direitos e interesses transindividuais, de titularidade indeterminada, em razão de ter sido estruturado a partir da clássica divisão da tutela de conhecimento e de classificação das ações, propostas nos moldes da doutrina de Enrico Tullio Liebman. O exercício da jurisdição era orientado para a resolução de um conflito concreto, não era discutida, na época, a necessidade de criação de mecanismos para dar solução uniforme a conflitos verificáveis abstratamente - como ocorre no controle de constitucionalidade.

A partir de 1985, uma série de modificações legislativas alteraram o CPC/73 de forma substancial, provocando reflexos não só no código, mas em todo o sistema construído ao seu redor. Nas palavras do saudoso Ministro Teori Zavaski²¹:

As modificações do sistema processual civil operaram-se em duas fases, ou “ondas”, bem distintas. Uma primeira onda de reformas, iniciada em 1985, foi caracterizada pela introdução, no sistema, de instrumentos até então desconhecidos do direito positivo, destinados(as) a dar curso a demandas de natureza coletiva, (b) a tutelar direitos e interesses transindividuais, e (c) a tutelar, com mais amplitude, a própria ordem jurídica abstratamente considerada. A segunda onda reformadora, que se desencadeou a partir de 1994, não teve por objetivo introduzir mecanismos novos, mas sim aperfeiçoar ou ampliar os mecanismos já existentes no Código de Processo de 1973, de modo a adaptá-lo às exigências dos novos tempos.

De instrumentos como a Ação Popular, que pode ser ajuizada por qualquer cidadão e

²¹ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**. 7. ed. São Paulo: RT, 2016.

teve sua aplicação incrementada, até a expansão do rol de legitimados para as ações de controle concentrado de constitucionalidade - até então restrita ao Procurador Geral da República - a própria Constituição Federal de 1988 demonstra o esforço com vistas à ampliação de mecanismos para alargar o alcance e acessibilidade da justiça e das suas decisões.

Nesse período foram elaboradas diversas leis que hoje representam os pilares da tutela coletiva de direitos. A Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 1985), o Código do Consumidor (Lei 8.078 de 1990), e a Lei da Ação de Improbidade (Lei 8.429 de 1992) são exemplos das normas que ajudaram a construir o sistema de proteção dos direitos difusos, até então, positivados apenas na Constituição Federal de 1988. Tanto a doutrina, como as leis buscaram sistematizar a defesa dos interesses transindividuais, distinguindo-os conforme a sua origem.

Se o liame que une interessados determináveis, com interesses divisíveis, é a origem comum da lesão (consumidores prejudicados por um mesmo produto, com os mesmos defeitos), trata-se de interesses individuais homogêneos. Se o nexos que une interessados determináveis é uma relação jurídica comum indivisível (como nos contratos de adesão e as cláusulas idênticas a que os consumidores são submetidos), estamos tratando de interesses coletivos em sentido estrito.

Os interesses difusos, por outro lado, são caracterizados pela situação em que temos interessados indetermináveis, numa mesma situação de fator, com danos não passíveis de individualização. O objeto dos interesses difusos é indivisível.

Assim, temos dois grandes grupos de interesses classificados por essa onda legislativa: aqueles interesses que envolvem uma categoria determinável de pessoas - os individuais homogêneos e os coletivos -, e os interesses compartilhados por um grupo indeterminável de indivíduos, ou de difícil/impossível identificação - os interesses difusos.

O professor Hugo Nigro Mazzilli²² destaca que a tutela coletiva é marcada pelas seguintes características: 1) a controvérsia sobre interesses de grupos, classes ou categorias de pessoas; 2) a conflituosidade entre os próprios grupos envolvidos; 3) a defesa judicial feita por meio de legitimação extraordinária; 4) a destinação especial do produto da indenização (excetuando a defesa dos interesses individuais homogêneos, normalmente, o produto da condenação vai para um fundo flexível, destinado à reparação daquele interesse lesado), e 5) a

²² MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

extensão da coisa julgada (*erga omnes*), ultrapassando os limites das partes processuais.

Com efeito, o legislador conferiu às suas sentenças o efeito *erga omnes* ou *ultra partes*, salvo se julgadas improcedentes pela carência de provas. Nesses casos é permitido que qualquer outro legitimado renove a ação, baseado em novas provas.

Desse modo, a eficácia subjetiva universal das sentenças prolatadas nesse novo sistema representa uma indiscutível vantagem para a celeridade da prestação jurisdicional, ao passo em que reduz significativamente uma multiplicidade de demandas judiciais em todo o país - constituindo um expressivo ganho de eficiência.

Outra série de mudanças foi ocorrendo na redação de vários dispositivos do CPC/73, que posteriormente foram incorporados e aperfeiçoados no Novo Código de Processo Civil de 2015. Aos poucos, aquela estrutura de processo civil, cuidadosamente elaborada por Liebman, e moldada para resolver conflitos pontuais entre partes determinadas e individualizadas, não mais espelhava a realidade do processo civil.

É inegável a importância da classificação tradicional da tutela dos direitos, que estudamos nas matérias introdutórias da graduação em Direito, mas ela certamente não mais pode ser tida como a principal das classificações, sobretudo diante do crescimento exponencial de complexidade que a sociedade e o Direito sofreram nas últimas décadas.

A nova configuração do sistema processual civil divide os mecanismos de tutela jurisdicional em três grupos: 1) os mecanismos de tutela de direitos subjetivos individuais, subdivididos entre 1.1) aqueles destinados a tutelá-los individualmente pelo seu próprio titular (disciplinados no CPC/15) e 1.2) os destinados a tutelar coletivamente os direitos individuais, em regime de substituição processual, como as ações civis coletivas, o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção coletivo; 2) mecanismos para tutela de direitos transindividuais - direitos pertencentes a grupos ou a classes de pessoas indeterminadas - como na ação civil pública e na ação popular; e 3) instrumentos para tutela da ordem jurídica, abstratamente considerada, representada pelos instrumentos de controle de constitucionalidade dos preceitos normativos e das omissões legislativas.

O resultado das intensas transformações pelas quais o sistema do direito processual civil passou pode ser sintetizado nas seguintes palavras de Teori Zavascki²³:

²³ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**. 7. ed. São Paulo: RT, 2016.

Bem se vê, mesmo a um primeiro olhar sobre esse modelo classificatório da tutela jurisdicional, que, à medida que se passa de um para outro dos grupos de instrumentos processuais hoje oferecidos pelo sistema do processo civil, maior ênfase se dá à solução dos conflitos em sua dimensão coletiva. É o reflexo dos novos tempos, marcados por relações cada vez mais impessoais e mais coletivizadas. O conjunto de instrumentos hoje existentes para essas novas formas de tutela jurisdicional, decorrentes da primeira onda de reformas, constitui, certamente, um subsistema processual bem caracterizado, que se pode, genérica e sinteticamente, denominar de processo coletivo.

O ministro ressalta, contudo, que se deve agir com cautela na utilização das demandas coletivas. Isso porque a nossa experiência com esse tipo de instrumento não dura mais que três décadas, sendo que até mesmo nos Estados Unidos, onde a *class action* tem uma tradição fortemente consolidada, as chances de mal uso - desvio de finalidade - das ações coletivas são consideráveis.

Voltando-nos, agora, para o nosso caso do habeas corpus coletivo, podemos afirmar que se trata de tutela de direitos individuais homogêneos. Essa expressão foi cunhada pelo Código de Defesa do Consumidor, em 1990, para designar o conjunto de direitos subjetivos de origem comum, que podem ser tutelados por ações coletivas, em razão da sua homogeneidade.

Não estamos falando, como já visto, de um direito titularizado pela coletividade abstratamente considerada (como um direito difuso), mas de um grupo de indivíduos (réus e condenados) ligados por uma origem comum (a ilegalidade na restrição da liberdade), cujo objeto da prestação jurisdicional (o relaxamento da prisão) pode ser fracionado, satisfazendo aqueles interesses homogêneos. Cada pessoa terá direito divisível à cessação da ilegalidade.

Nesse mesmo sentido dispõe a Lei do Mandado de Segurança, em seu artigo 21, parágrafo único, inciso II, segundo o qual os interesses individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante do mandado de segurança.

Sob o ponto de vista processual, a doutrina entende haver nos interesses individuais homogêneos uma relação jurídica subjacente que une cada grupo. Enquanto nos interesses coletivos em sentido estrito a lesão ao grupo se origina da própria relação jurídica questionada no objeto da ação coletiva, nos interesses difusos e individuais homogêneos a relação jurídica é questionada como causa de pedir, com vista à reparação de um dano fático indivisível (nos interesses difusos) ou divisível (nos interesses individuais homogêneos).

Na sua dimensão coletiva, o mandado de segurança assume características

substancialmente diferentes daquelas que o revestem na modalidade individual, de modo que é necessária uma certa adequação das normas processuais, a fim de lidar com as consequências da tutela coletiva.

Isso decorre principalmente da falta de disposições normativas da Lei 12.016/09 acerca do mandado de segurança coletivo, que o disciplina em apenas dois artigos (21 e 22).²⁴

Uma das novas imposições consiste na repartição da atividade cognitiva do magistrado, o que acarreta uma redução do âmbito da sua cognição judicial. No processo coletivo não há como ser feito um juízo específico de cada direito subjetivo líquido e certo, pertencente a cada um dos substituídos processuais, sob pena de transformá-lo apenas numa cumulação de causas²⁵.

Dessa forma, a atividade do juiz está centrada no núcleo homogêneo, naquilo que os direitos individuais tutelados têm em comum. Disso resulta outra característica da tutela coletiva: a sentença genérica.

Uma sentença é tida como genérica quando faz um juízo apenas parcial dos elementos da relação jurídica discutida na ação. Isso a torna, em tese, numa sentença sem força executiva, posto que ilíquida. Conforme o magistério de Teori Zavascki²⁶:

Na ação coletiva, até como decorrência natural da repartição da cognição que a caracteriza, a sentença será, necessariamente, genérica. Ela fará juízo apenas sobre o núcleo de homogeneidade dos direitos afirmados na inicial, ou seja, apenas sobre três dos cinco principais elementos da relação jurídica que envolve os direitos subjetivos objeto da controvérsia: o *an debeatur* (= a existência da obrigação do devedor), o *quis debeat* (= a identidade do sujeito passivo da obrigação) e o *quid debeatur* (= a natureza da prestação devida). Tudo o mais (o *cui debeatur* = quem é o titular do direito e o *quantum debeatur* = qual é a prestação a que especificamente faz jus) é tema a ser enfrentado e

²⁴ Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Art. 22. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

§ 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

²⁵ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**. 7. ed. São Paulo: RT, 2016.

²⁶ ZAVASCKI, Teori Albino. *Idem*.

decidido por outra sentença, proferida em outra ação, a ação de cumprimento. Por isso se afirma que a sentença na ação coletiva é genérica e, mais, que o seu grau de generalidade é bem mais acentuado que o das sentenças ilíquidas, previstas no art. 509 do CPC.

Mutatis mutandis, trazendo todos esses atributos para o campo do processo penal e das ações constitucionais, teríamos, em princípio, uma sentença ilíquida que concederia a tutela jurisdicional analisando somente a existência ou a violação ao direito, e a obrigação do Estado de cessar a ilegalidade. Posteriormente, deveria haver outras sentenças, de competência da autoridade coatora ou do juízo da execução, promovendo a 'liquidação criminal': identificando precisamente os titulares do direito (quem se enquadra na situação que deu causa à impetração do *writ*), efetivando aquela tutela previamente concedida.

Finalmente, analisados os fundamentos do instituto do habeas corpus, e examinadas as principais peculiaridades do processo coletivo e do mandado de segurança, resta o seguinte questionamento: ainda há espaço para o habeas corpus coletivo no Brasil? O habeas corpus serve como instrumento de tutela de direitos individuais homogêneos?

5. CABIMENTO DO HABEAS CORPUS COLETIVO

O habeas corpus, na concepção tradicional dos constitucionalistas e dos mestres do processo penal²⁷, é uma ação eminentemente individual. Todas as constituições que trataram do instituto o disciplinaram como uma garantia individual, visando a proteção da liberdade de ir e vir de “alguém”. Não há, nem nunca houve, no nosso ordenamento jurídico qualquer previsão de um habeas corpus coletivo.

Com efeito, o art. 654 do CPP dispõe que a petição de habeas corpus conterá “o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem exercer a violência, coação ou ameaça”. Nota-se que a lei exige a individualização tanto no polo ativo como no polo passivo da ação.

²⁷ Obviamente, o paciente tem que ser uma pessoa, isto é, um ser humano cuja liberdade de locomoção esteja violada ou ameaçada. Também deve se tratar de pessoa ou pessoas individualizadas, não se admitindo a medida em favor de pessoas indeterminadas (p. ex.: sócios de uma agremiação ou moradores de alguma casa). (BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. São Paulo: RT, 2018).

Conforme vimos no capítulo anterior, esse contexto de coletivização das demandas, de aumento exponencial no volume de processos nos tribunais, e de intensificação da complexidade social acaba exigindo respostas jurisdicionais à altura dos desafios enfrentados. Surge então a ideia da tutela coletiva da liberdade por meio de HC. Os tribunais sempre tiveram - e ainda têm - forte resistência em analisar impetrações coletivas. Na prática, a solução fácil ante falta de previsão legal e de suporte doutrinário tem sido negar seguimento ao *writ*, extinguindo o feito sem análise de mérito. Conforme a orientação clássica do Supremo Tribunal Federal:

[...] Também se mostra inviável o presente '*habeas corpus*', eis que objetiva estender amparo jurisdicional a um grupo caracterizado *por sua indeterminação subjetiva*, o que permite invocar, *na espécie*, o entendimento jurisprudencial que esta Corte Suprema tem consagrado em situações nas quais os pacientes, *porque sequer identificados pela parte impetrante*, compõem *uma coletividade anônima* (o "*povo brasileiro*", no caso), circunstância essa que impede *seja observada a exigência inscrita* no art. 654, § 1º, alínea "a", do CPP [...].

[...] Como precedentemente destacado, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar, em sede de '*habeas corpus*', a questão do paciente anônimo, tem proclamado a inadmissibilidade de utilização do "*writ*" constitucional, que se torna, por isso mesmo, insuscetível de conhecimento, como acentuado em julgamento proferido pelo próprio Plenário desta Corte (HC 133.267-Agr./SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI), de que extraio fragmento constante do voto de seu eminente Relator:

'Reitero, ademais, que a Corte já se pronunciou pela inadmissibilidade do '*habeas corpus*' coletivo, em favor de pessoas indeterminadas, visto que se inviabiliza 'não só a apreciação do constrangimento, mas também para fins de expedição de salvo-conduto em seu favor' [...].

Cabe enfatizar que essa diretriz tem prevalecido na prática jurisdicional desta Corte Suprema, cujas inúmeras decisões têm sempre acentuado a incognoscibilidade da ação de '*habeas corpus*' quando ajuizada, como sucede na espécie, em favor de 'terceiros não identificados' (HC 81.348/RJ, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 101.136-AgR-ED/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX – HC 119.753/SP, Rel. Min. LUIZ FUX – HC 122.921/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – HC 125.655/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – HC 130.154/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – HC 135.169/BA, Rel. Min. GILMAR MENDES [...]).²⁸

Da leitura do voto do Ministro Celso de Mello fica evidente o descompasso desse entendimento com a realidade processual na qual estamos inseridos. As mesmas razões que embasam a estratégia do ordenamento processual de coletivização da proteção de direitos individuais também se fazem presentes na esfera penal, especialmente em relação à tutela da

²⁸ HC 144.426/DF. Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em 07/06/17. Publicado em 09/06/17.

liberdade ambulatorial.²⁹

Eis, então, que surge a primeira decisão do STF admitindo e concedendo uma ordem coletiva de habeas corpus: o HC nº 143.641/SP, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, julgado em 20 de fevereiro de 2018. Para melhor compreendermos as razões que levaram à concessão da ordem, faremos uma análise dos principais argumentos trazidos no acórdão que certamente provocará mudanças na prática judiciária brasileira.

5.1 ANÁLISE DE CASO – HC 143.641/SP

5.1.1 Do mérito

O HC 143.641/SP fora ajuizado pela Defensoria Pública da União buscando a substituição da prisão preventiva de mulheres gestantes, mães de crianças de até 12 anos de idade ou de pessoas com deficiência, pela prisão domiciliar.

O pedido teve por fundamento principal a novidade introduzida pela Lei 13.257/2016, que deu nova redação ao artigo 318 do Código de Processo Penal, facultando ao juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando a agente for gestante – inciso IV, ou com filho de até 12 anos de idade incompletos – inciso V.

Diferentemente do cenário anterior, em que a benesse somente era concedida à gestante a partir do 7º mês de gravidez, ou, se de risco sua gestação, com o novo regramento basta que a investigada esteja grávida ou que tenha filho de até 12 anos de idade incompletos, demonstrando-se sua imprescindibilidade no cuidado deste; e que, somando-se a um desses requisitos, com o fito de se preservar o dever de cautela do magistrado, o deferimento da medida não acarrete risco à ordem pública.

Tal alteração normativa teve como propósito assegurar a máxima efetividade ao princípio constitucional da proteção integral à criança, insculpido no artigo 227 da Constituição Federal, e em uma série de outros diplomas infraconstitucionais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Decreto

²⁹ SARMENTO, Daniel. **Parecer sobre o Cabimento do Habeas Corpus Coletivo na Ordem Constitucional Brasileira de 16 de junho de 2015**. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ.

99.710/1990).

Várias entidades fizeram pedidos de admissão como *amicus curiae*, afirmando que a prisão preventiva, ao confinar mulheres grávidas em estabelecimentos prisionais precários, subtrai-lhes o acesso a programas de saúde pré-natal, assistência na gestação e no pós-parto, e priva as crianças de condições adequadas ao seu desenvolvimento, constituindo tratamento desumano, cruel e degradante, que infringe os postulados constitucionais relacionados à individualização da pena, à vedação de penas cruéis e ao respeito à integridade física e moral das presas. Consta ainda do relatório que os *amici curiae*:

Salientaram o caráter sistemático das violações, no âmbito da prisão cautelar a que estão sujeitas gestantes e mães de crianças, em razão de falhas estruturais de acesso à Justiça, consubstanciadas em obstáculos econômicos, sociais e culturais.

Aduziram que a competência para julgamento do feito é do Supremo Tribunal Federal, tanto pela abrangência do pedido quanto pelo fato de o Superior Tribunal de Justiça figurar entre as autoridades coatoras.

Ressaltaram que os estabelecimentos prisionais não são preparados de forma adequada para atender à mulher presa, especialmente a gestante e a que é mãe. [...]

Disseram que se faz necessário reconhecer a condição especial da mulher no cárcere, sobretudo da mulher pobre que, privada de acesso à Justiça, vê-se também destituída do direito à substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Insistiram em que essa soma de privações acaba por gerar um quadro de excessivo encarceramento preventivo de mulheres pobres, as quais, sendo gestantes ou mães de criança, fariam jus à substituição prevista em lei. [...]

Acrescentaram que, segundo dados oficiais, faltam berçários e centros materno-infantis e que, em razão disso, as crianças se ressentem da falta de condições propícias para seu desenvolvimento, o que não só afeta sua capacidade de aprendizagem e de socialização, como também vulnera gravemente seus direitos constitucionais, convencionais e legais. [...]

Destacaram também a vulnerabilidade socioeconômica das mulheres presas preventivamente no Brasil.

Requereram, por fim, a concessão da ordem para revogação da prisão preventiva decretada contra todas as gestantes puérperas e mães de crianças, ou sua substituição pela prisão domiciliar.³⁰

³⁰ HC 143.641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em 20/02/18. Publicado em 22/02/18.

5.1.2 Do processo

A questão principal a ser enfrentada diz respeito às dificuldades trazidas pela concessão da ordem para uma coletividade indeterminada. A falta de individualização dos pacientes e da própria autoridade coatora constitui forte limitação à atividade de cognição do Juízo, afetando, por consequência, a própria exequibilidade da ordem.

Daí a exigência da lei de que o impetrante identifique o beneficiário. A Procuradoria Geral da República opinou pelo não cabimento da impetração coletiva.³¹

No outro polo, a Defensoria Pública³², visando mitigar a carência de determinação dos pacientes, apresentou relatórios prisionais de algumas unidades da federação, numa tentativa de identificar as mulheres presas que se encontrassem naquelas situações autorizadoras do art. 318, do CPP.

Nesse sentido, o Ministro Ricardo Lewandowski determinou a expedição de ofício ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para que:

(i) indicasse, dentre a população de mulheres presas preventivamente, quais se encontram em gestação ou são mães de crianças e (ii) informasse, com relação às unidades prisionais onde estiverem custodiadas, quais dispõem de escolta para garantia de cuidados pré-natais, assistência médica adequada, inclusive pré-natal e pós-parto, berçários e creches, e quais delas estão funcionando com número de presas superior à sua capacidade.

Outro aspecto importante trazido pela PGR, que acentua ainda mais essa questão, versa sobre os efeitos futuros dessa concessão, que representaria uma expedição de salvo-conduto a um número indeterminado de pessoas

Na prática, a concessão coletiva importaria delegar à administração penitenciária a

³¹ Cumpre salientar que há casos de impetração coletiva em que os impetrantes, embora muitos, são pessoas determinadas, numa espécie de litisconsórcio ativo facultativo. Frise-se que não estamos aqui tratando dessas hipóteses – que são amplamente aceitas pela doutrina e jurisprudência.

³² A questão fora inicialmente levada ao STF pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos. O Ministro Relator, em aplicação analógica do art. 12 da Lei 13.300/16 (Lei do Mandado de Injunção), reconheceu apenas a legitimidade ativa da Defensoria Pública da União, acolhendo os iniciais impetrantes na qualidade de *amicus curiae*.

execução individualizada da ordem, numa suposta desvirtuação do sistema de competências elaborado pelo legislador.

Parece-nos, contudo, que a situação em análise muito se assemelha com os efeitos processuais da *novatio legis in melius*, na qual a superveniência de lei nova mais benéfica retroage para alcançar atos pretéritos à sua vigência. A competência para adequação da nova situação aos indiciados e condenados é delegada ao juízo da execução.

Desse modo, uma saída para contornar essa dificuldade seria justamente deixar a individualização a cargo da autoridade coatora, antes do início da execução, ou das varas de execução, durante o cumprimento da pena.

O resultado prático da concessão coletiva representa um ganho considerável de economia de recursos e celeridade processual, nos moldes das ações civis públicas e outros instrumentos de tutela coletiva de direitos³³. A igualdade de tratamento, favorecida pelo processamento unitário de interesses símeles pertencentes a indivíduos diversos, adquire, também, importância ímpar em matéria criminal. Dada a fundamentalidade dos interesses em jogo, a disparidade entre as repostas penais diante de situações similares se reveste de maior gravidade, contribuindo para o descrédito do sistema de justiça.³⁴

Ainda que a petição inicial de um HC deva conter o nome e a individualização do paciente, depõe contra a restrição à impetração coletiva a ampla aceitação de substituição processual no *writ*. Se a natureza personalíssima da ação não impede a substituição processual, não parece lógico usar tal característica para vedar que alguém represente os interesses individuais decorrentes de uma violação à liberdade com a mesma origem comum.

³³ Considero fundamental, ademais, que o Supremo Tribunal Federal assuma a responsabilidade que tem com relação aos mais de 100 milhões de processos em tramitação no Poder Judiciário, a cargo de pouco mais de 16 mil juízes, e às dificuldades estruturais de acesso à Justiça, passando a adotar e fortalecer remédios de natureza abrangente, sempre que os direitos em perigo disserem respeito às coletividades socialmente mais vulneráveis. Assim, contribuirá não apenas para atribuir maior isonomia às partes envolvidas nos litígios, mas também para permitir que lesões a direitos potenciais ou atuais sejam sanadas mais celeremente. Ademais, contribuirá decisivamente para descongestionar o enorme acervo de processos sob responsabilidade dos juízes brasileiros. (HC 143.641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em 20/02/18. Publicado em 22/02/18).

³⁴ SARMENTO, Daniel. **Parecer sobre o Cabimento do Habeas Corpus Coletivo na Ordem Constitucional Brasileira de 16 de junho de 2015**. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ.

O MPF afirmou que o habeas corpus não pode ser utilizado para garantir direitos individuais homogêneos ou direitos difusos, e aí retomamos a discussão acerca da existência ou não da homogeneidade de circunstâncias que unem o conjunto de possíveis beneficiárias da concessão da ordem.

Com efeito, ambas as partes reconheceram as péssimas condições carcerárias a que as nossas presidiárias são submetidas. Conforme consta do voto do Ministro Relator³⁵:

Especificamente no tocante à prisão provisória, “enquanto 52% das unidades masculinas são destinadas ao recolhimento de presos provisórios, apenas 27% das unidades femininas têm esta finalidade”, apesar de 30,1% da população prisional feminina ser provisória (INFOPEN Mulheres, p. 18-20).

Mais graves, porém, são os dados sobre infraestrutura relativa à maternidade no interior dos estabelecimentos prisionais, sobre os quais cabe apontar que:

(i) nos estabelecimentos femininos, apenas 34% dispõem de cela ou dormitório adequado para gestantes, apenas 32% dispõem de berçário ou centro de referência materno infantil e apenas 5% dispõem de creche (INFOPEN Mulheres, p. 18-19);

(ii) nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispõem de espaço específico para a custódia de gestantes, apenas 3% dispõem de berçário ou centro de referência materno infantil e nenhum dispõe de creche (INFOPEN Mulheres, p. 18-19).

Esses números são ainda mais preocupantes se considerarmos que 89% das mulheres presas têm entre 18 e 45 anos (INFOPEN Mulheres, p. 22), ou seja, em idade em que há grande probabilidade de serem gestantes ou mães de crianças.

Esses números apenas comprovam o Estado de Coisas Inconstitucional reconhecido pelo STF nos autos da ADPF 347. Essa expressão se refere ao quadro de violação generalizada de direitos fundamentais dos presos, que macula todo o sistema penitenciário brasileiro, e constitui uma “técnica” não prevista na constituição que confere ao Tribunal uma ampla gama de poderes – devendo ser aplicada apenas excepcionalmente.³⁶

³⁵ Os partos de mulheres sob custódia do Estado, realizados nas celas ou nos pátios prisionais, são expressão máxima da indiferença do sistema prisional aos direitos reprodutivos de mulheres presas. Parto, afinal, não é acidente ou evento incerto. Entretanto, o sistema de justiça criminal, em aparente estado de negação, desconsidera as condições do cárcere na determinação de prisões preventivas a gestantes, bem como as necessidades inescapáveis destas. O sistema prisional, por sua vez, falha persistentemente no reconhecimento, planejamento e no encaminhamento tempestivo de suas demandas. O Estado, portanto, cria e incrementa o perigo, a potencialidade de dano, a previsibilidade de perdas às mulheres e seus filhos. Não são menores os desafios enfrentados após o nascimento das crianças. (**trecho da exordial do HC 143.641/SP**).

³⁶ CAVALCANTE, Márcio. **Informativo Esquematizado 798 do STF**. Disponível em: < https://www.dizerodireito.com.br/2015/09/informativo-esquematizado-798-stf_28.html >. Acesso em 14 nov. 18.

Da leitura dos excertos acima colacionados é possível, sim, vislumbrar a similitude de circunstâncias e a homogeneidade que autoriza, em tese, a tutela coletiva dos direitos, em conformidade com a doutrina e as exigências legais que regem o processo coletivo. Não é difícil constatar que temos um expressivo número de mulheres padecendo das mesmas condições abarcadas pelo art. 318, do CPP.

Certos, agora, de que estamos buscando a tutela de direitos individuais homogêneos pela via do habeas corpus, o obstáculo principal apontado pela PGR foi superado, na visão do Ministro Relator, em razão da apresentação, pelo DEPEN e por outras autoridades, de listas contendo nomes e informações das gestantes e mães de crianças de até 12 anos presas cautelarmente.

De fato, o problema da falta de individualização pode ser contornado pela prestação de informações dos agentes administrativos responsáveis pela custódia das pacientes. Essa medida, embora não seja tão completa quanto desejado, permite que o Juízo saiba com mais precisão quem receberá o objeto divisível da tutela jurisdicional.³⁷

Outro aspecto que dever ser considerado é a competência. O MPF entendeu que o STF não era o juízo competente para conhecer da impetração coletiva. Asseverou que o rol do art. 102, inciso I, da CF é taxativo, não sendo recomendável a sua extensão para permitir a inclusão de hipóteses não previstas. Acrescentou que não foi apontado nenhum ato coator específico, praticado pelo Superior Tribunal de Justiça, e que as ordens ali denegadas ocorreram em virtude de análises individualizadas – situações em que não foi demonstrada a adequação/proporcionalidade da medida criada pelo art. 318, inciso V, do CPP. Asseverou que qualquer paciente que comprove duas condições - 1) a relação de cuidado entre mãe e filho (convivência e laços de afeto), e 2) a imprescindibilidade da genitora nos cuidados do menor – poderia pleitear a substituição da prisão preventiva nas instâncias ordinárias, sendo dispensável a tutela coletiva, mormente por não se tratar de um direito subjetivo, mas de faculdade do juízo.

Noutra visão, o voto do Ministro Relator, considerando o papel de uniformização da jurisprudência no país, destacando a situação de vulnerabilidade social e jurídica que aflige a maioria das beneficiárias do *writ*, reconheceu a competência do STF, nos seguintes termos:

³⁷ Em conformidade com o art. 81, III, do CDC, que conceitua os interesses e direitos individuais homogêneos.

Por essas razões, somadas ao reconhecimento, pela Corte, na ADPF 347 MC/DF, de que nosso sistema prisional encontra-se em um estado de coisas inconstitucional, e ainda diante da existência de inúmeros julgados de todas as instâncias judiciais nas quais foram dadas interpretações dissonantes sobre o alcance da redação do art. 318, IV e V, do Código de Processo Penal (v.g., veja-se, no Superior Tribunal de Justiça: HC 414674, HC 39444, HC 403301, HC 381022), não há como deixar de reconhecer, segundo penso, a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento deste writ, sobretudo tendo em conta a relevância constitucional da matéria.

Com efeito, tendo em vista a multiplicidade de processos criminais discutindo a aplicabilidade do art. 318, inciso V, do CPP, a assunção da competência pelo STF representa um ganho expressivo em termos de isonomia³⁸ e celeridade, reduzindo acervo de processos, ao passo em que libera que outras questões sejam examinadas e decididas em todo o território nacional.

No direito estrangeiro, temos o famoso “caso Verbitsky”, julgado pela Suprema Corte Argentina em 2005 - naquele país, em semelhança com a situação brasileira, também não há previsão legal do habeas corpus na modalidade coletiva.

O habeas corpus coletivo foi impetrado por Horacio Verbitsky, em favor de todas as pessoas presas em Buenos Aires, detidas em estabelecimentos prisionais superlotados, apesar da previsão legal de que a custódia deveria ser realizada em centros de detenção especializados. A tese principal era a violação à dignidade da pessoa humana provocada pela administração penitenciária da província de Buenos Aires, na medida em que as prisões sequer ofereciam condições básicas de higiene para os detentos.

No referido caso, a *Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina*, juízo de ponderação, considerou mais importante o direito tutelado que a falta de previsão legal do HC coletivo, de modo que a prioridade da justiça argentina deveria ser a efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos aos presos, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, *in verbis*:

15) Que es menester introducimos en la cuestión mediante el estudio de la

³⁸ Basta lembrar do caso da esposa do ex governador do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo, que teve a prisão preventiva rapidamente substituída pela prisão domiciliar, enquanto milhares de outras mulheres na mesma situação ou tiveram os seus pedidos indeferidos, ou precisaram esperar muito mais tempo para ter uma resposta da Justiça.

cláusula constitucional en crisis, a fin de especificar el alcance de lo allí dispuesto, esto es, si sólo se le reconoce al amparo strictu sensu la aptitud procesal suficiente para obtener una protección judicial efectiva de los derechos de incidencia colectiva, o si, por el contrario, se admite la posibilidad de hacerlo mediante la acción promovida en el sub judice.

16) Que pese a que la Constitución no menciona en forma expresa el habeas corpus como instrumento deducible también en forma colectiva, tratándose de pretensiones como las esgrimidas por el recurrente, es lógico suponer que si se reconoce la tutela colectiva de los derechos citados en el párrafo segundo, con igual o mayor razón la Constitución otorga las mismas herramientas a un bien jurídico de valor prioritario y del que se ocupa en especial, no precisamente para reducir o acotar su tutela sino para privilegiarla.

17) Que debido a la condición de los sujetos afectados y a la categoría del derecho infringido, la defensa de derechos de incidencia colectiva puede tener lugar más allá del nomen juris específico de la acción intentada, conforme lo sostenido reiteradamente por esta Corte en materia de interpretación jurídica, en el sentido de que debe tenerse en cuenta, además de la letra de la norma, la finalidad perseguida y la dinámica de la realidad (Fallos: 312:2192, disidencia del juez Petracchi; 320:875, entre otros).

18) Que este Tribunal —en una demanda contra la Provincia de Buenos Aires articulada en función de su competencia originaria, promovida a raíz de la muerte de 35 detenidos alojados en la cárcel de Olmos— ya había advertido que "si el estado no puede garantizar la vida de los internos ni evitar las irregularidades que surgen de la causa de nada sirven las políticas preventivas del delito ni menos aún las que persiguen la reinserción social de los detenidos. Es más, indican una degradación funcional de sus obligaciones primarias que se constituye en el camino más seguro para su desintegración y para la malversación de los valores institucionales que dan soporte a una sociedad justa" (Fallos: 318:2002).³⁹

Vê-se, portanto, que o instrumento processual foi colocado em segundo plano. Apesar da falta de previsão legal, a CSJN preferiu fazer cessar a lesão ao direito fundamental dos presidiários, na busca da realização plena dos mandamentos constitucionais.

O único meio de se acolher o cabimento da via coletiva do habeas corpus é justamente esse: admitir o caráter elástico do remédio heroico.

Isso decorre da necessidade de termos um instrumento processual compatível com o

³⁹ CSJN, **Verbtsky, Horacio s/Habeas Corpus**, voto da maioria da Corte, pág. 19-20. Disponível em: <<http://ppn.gov.ar/sites/default/files/CSJN.%20Verbtsky%2003-05-05%20fallo.pdf>> Acessado em 12/11/18.

espírito do direito material assegurado. Nas palavras do professor Daniel Sarmento:

[...] a proteção integral à liberdade de locomoção por meio do habeas corpus impõe que esse remédio constitucional seja capaz de fazer frente às mais diversas formas de ofensa à liberdade de locomoção. Nesse sentido, deve-se ter em vista que o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, extraído do art. 5º, XXXV da Constituição, implica o reconhecimento da existência de uma inter-relação entre o direito material que se quer proteger e a via processual utilizada para a consecução desse objetivo.⁴⁰

Com efeito, o direito fundamental à tutela jurisdicional (art. 5º, inciso XXXV, da CF/88⁴¹) impõe que os instrumentos processuais sejam capazes e suficientes para responder de modo adequado à violação dos direitos materiais que visam a salvaguardar. Para Luís Guilherme Marinoni⁴², se o direito de ir a juízo restar na dependência da técnica processual expressamente presente na lei, o processo é que dará os contornos do direito material.

Todavia, essa situação é totalmente indesejada. Não deve o processo comandar o alcance e a aplicabilidade do direito material. É a norma constitucional que se encontra no topo da hierarquia legislativa. É daí que extraímos todos os princípios que orientam todo o ordenamento jurídico, incluindo-se nisso, o sistema de regras processuais que utilizamos.⁴³

Seria o caso de ressuscitarmos a doutrina brasileira do habeas corpus?

⁴⁰ SARMENTO, Daniel. **Parecer sobre o Cabimento do Habeas Corpus Coletivo na Ordem Constitucional Brasileira**, de 16 de junho de 2015. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ.

⁴¹ Art. 5º, inc. XXXV, da CF: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”

⁴² MARINONI, Luiz Guilherme. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15441-15442-1-PB.pdf> >. Acesso em 12 nov. 18)

⁴³ “Ora, não tem cabimento entender que há direito fundamental à tutela jurisdicional, mas que esse direito pode ter a sua efetividade comprometida se a técnica processual houver sido instituída de modo incapaz de atender ao direito material. Imaginar que o direito à tutela jurisdicional é o direito de ir a juízo através do procedimento legalmente fixado, pouco importando a sua idoneidade para a efetiva tutela dos direitos, seria inverter a lógica da relação entre o direito material e o direito processual. Se o direito de ir a juízo restar na dependência da técnica processual expressamente presente na lei, o processo é que! dará os contornos do direito material. Mas, deve ocorrer exatamente o contrário, uma vez que o primeiro serve para cumprir os desígnios do segundo. Isso significa que a ausência de técnica processual adequada para certo caso conflitivo concreto representa hipótese de omissão que atenta contra o direito fundamental à efetividade da tutela jurisdicional”. (MARINONI, Luiz Guilherme. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15441-15442-1-PB.pdf> >. Acessado em: 14/11/18)

Seguramente isso não será necessário. Como vimos, os direitos ao acesso à jurisdição e à tutela jurisdicional efetiva são suficientes *per se* para orientarem a atuação do magistrado. Esse direito se dirige tanto contra o Poder Legislativo, como contra o Poder Judiciário, englobando o processo desde a pré-ordenação das técnicas processuais até à obtenção da prestação pelo juízo. Conforme leciona o professor Luiz Guilherme Marinoni:

Essa prestação do juiz, assim como a lei, também pode significar, em alguns casos, concretização do dever de proteção do Estado em face dos direitos fundamentais ⁽⁸⁾. Contudo, o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, quando se dirige contra o juiz, não exige apenas a efetividade da proteção dos direitos fundamentais, *mas sim que a tutela jurisdicional seja prestada de maneira efetiva para todos os direitos*. Tal direito fundamental, por isso mesmo, não requer *apenas técnicas e procedimentos adequados à tutela dos direitos fundamentais, mas sim técnicas processuais idôneas à efetiva tutela de quaisquer direitos*. Como é evidente, a resposta do juiz não é apenas uma forma de se dar proteção aos direitos fundamentais, *mas sim uma maneira de se dar tutela efetiva a toda e qualquer situação de direito substancial*. Mas, se o juiz tem o dever de prestar a tutela jurisdicional efetiva, é certo dizer que o seu dever não se resume a uma mera resposta jurisdicional. O dever do juiz, assim como o do legislador de instituir a técnica processual adequada, está ligado ao direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, compreendido como um direito imprescindível para a proteção de todos os outros direitos.⁴⁴

Se a Constituição Federal protege a liberdade de locomoção pela via do habeas corpus individual, não podemos aceitar que a simples falta de previsão legal da modalidade coletiva potencialize ainda mais a desigualdade de acesso à justiça que tanto aflige os nossos cidadãos. Certamente esse não foi o espírito do constituinte.

Tampouco deve ter sido a *mens legislatoris* quando da elaboração do atual CPP, que em seu próprio corpo traz a possibilidade de aproveitamento do recurso interposto por um dos réus aos demais corréus que estejam em idêntica situação processual. Assim dispõe o art. 580 do CPP:

Art. 580. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

A doutrina ainda não chegou a um consenso ao analisar a natureza do efeito provocado pela aplicação do art. 580. Há quem fale em efeito extensivo e em efeito subjetivo

⁴⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. **Controle do poder executivo do juiz**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/14869-14870-1-PB.htm> >. Acesso em 14/11/18.

do recurso⁴⁵. Todavia, parece-nos que independentemente da classificação utilizada, o resultado prático é o mesmo: o juízo prolatará uma decisão uniforme para todos, à semelhança do que ocorre num litisconsórcio passivo unitário – basta demonstrar a identidade de situação entre os agentes, pouco importando se houve reunião dos processos.

Embora previsto no capítulo das disposições gerais dos recursos, o referido artigo tem sido aplicado às decisões favoráveis em habeas corpus e em outras ações autônomas de impugnação há um tempo considerável.⁴⁶ Nesse sentido, o Ministro Ricardo Lewandowski reforçou, no voto do HC 143.641/SP, que:

A impetração coletiva vem sendo conhecida e provida em outras instâncias do Poder Judiciário, tal como ocorreu no *Habeas Corpus* 1080118354-9, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e nos *Habeas Corpus* 207.720/SP e 142.513/ES, ambos do Superior Tribunal de Justiça. Nesse último, a extensão da ordem a todos os que estavam na mesma situação do paciente transformou o habeas corpus individual em legítimo instrumento processual coletivo, por meio do qual se determinou a substituição da prisão em contêiner pela domiciliar.

Por fim, como último exemplo da maleabilidade que orienta o habeas corpus no nosso ordenamento jurídico, temos a previsão de concessão *ex officio* de HC inscrita no art. 654, §2º, do CPP, segundo o qual “os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.”⁴⁷

A redação desse dispositivo demonstra o quão flexível o remédio heroico pode ser, evidenciando ainda mais a sua disposição em combater as ameaças e lesões à liberdade de locomoção com celeridade e eficiência.

⁴⁵ Para Gustavo Badaró não se trata de extensão do recurso, mas apenas de uma extensão da decisão proferida no julgamento do recurso.

⁴⁶ Os efeitos benéficos decorrentes da concessão do *habeas corpus* podem ser estendidos a corréus, alheios à impetração do *writ*, desde que presentes as circunstâncias referidas no art. 580 do CPP. Essa norma — excepcionalmente aplicável ao processo de *habeas corpus* — persegue um claro objetivo: dar efetividade, no plano processual penal, à garantia da equidade. (HC 68.570, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 24/09/91. Publicado em 21/08/92; HC 106.449, Rel. Min. Ayres Britto. Julgado em 17/05/11. Publicado em 13/02/12; e RHC 97.458, Rel. Min. Cármen Lúcia. Julgado em 26/10/10. Publicado em 30/11/10)

⁴⁷ Cumpre salientar que a jurisprudência dos tribunais superiores entende que a concessão *ex officio* da ordem de habeas corpus constitui verdadeiro dever atribuído ao julgador, e não mera faculdade.

Com efeito, se o próprio Judiciário pode ampliar, por iniciativa exclusivamente sua, o alcance subjetivo da proteção à liberdade física – flexibilizando o princípio da inércia da jurisdição -, não faz sentido não admitirmos que a tutela jurisdicional seja obtida na modalidade coletiva.

CONCLUSÃO

O habeas corpus, desde a sua introdução no direito brasileiro, tem demonstrado a sua natureza elástica, sempre receptiva a inovações e flexibilizações não só no campo material – como no auge da doutrina brasileira do habeas corpus -, como no aspecto processual.

A importância da liberdade de locomoção salvaguardada pelo remédio constitucional é tamanha, que o nosso ordenamento jurídico sempre priorizou a efetividade da tutela à liberdade em detrimento do formalismo que domina todo o restante do direito processual brasileiro. Daí a previsão legal que autoriza a larga viabilidade de substituição processual, a desnecessidade de capacidade postulatória, a possibilidade de concessão *ex officio*, e até mesmo a extensão da decisão para outros réus na mesma situação.

Some-se a isso a consagrada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que vem revelando uma disposição crescente em ampliar o escopo dos remédios constitucionais, visando continuamente robustecer a proteção por eles realizada. Basta lembrar que o STF já reconhecia a possibilidade do mandado de injunção coletivo muito antes da previsão legal contida na lei 13.300/16.

Esses traços, aliados ao direito constitucional à tutela constitucional efetiva, aos princípios e à tendência moderna da tutela coletiva de direitos individuais, mostram que o habeas corpus coletivo é perfeitamente possível na prática jurídica brasileira.

Certamente, o subsistema de processo coletivo construído ao longo das últimas décadas constitui uma solução para problemas presentes não só no processo civil, mas também no processo penal. O desejo de termos uma justiça célere, eficiente, isonômica e eficaz é uma realidade compartilhada por todos.

Por fim, se considerarmos as intensas dificuldades que obstam o acesso à justiça por grande parte da população, a seletividade do nosso sistema penal, e a marcante desigualdade social desse país, percebemos que o contexto atual torna o habeas corpus coletivo não só cabível, mas evidencia a necessidade de termos um instrumento capaz de proteger, com vigor, a liberdade de locomoção coletivamente ameaçada e violada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. CSJN, **Verbitsky, Horacio s/Habeas Corpus**, voto da maioria da Corte, pág. 19-20. Disponível em: < <http://ppn.gov.ar/sites/default/files/CSJN.%20Verbitsky%2003-05-05%20fallo.pdf> >. Acesso em 12 nov. 2018.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

_____. **Código de Processo Penal**. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 691**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1480> >. Acesso em 21 nov. 2018.

_____. **Coletânea temática de jurisprudência: direito penal e processual**. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2017.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAVALCANTE, Márcio. **Informativo Esquematizado 798 do STF**. Disponível em: < https://www.dizerodireito.com.br/2015/09/informativo-esquematizado-798-stf_28.html >. Acesso em 14 nov. 2018.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. et al. **Comentários à Lei do Mandado de Segurança: Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009**. São Paulo: RT, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: RT, 2011.

HORBACH, Carlos Bastide. **Memória Jurisprudencial: Ministro Pedro Lessa**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 5. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Controle do poder executivo do juiz**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/14869-14870-1-PB.htm> >. Acesso em 14 nov. 2018.

_____. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15441-15442-1-PB.pdf> >. Acesso em 14 nov. 2018).

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRANDA, Pontes de. **História e Prática do Habeas Corpus: Direito Constitucional e Processual Comparado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

SARMENTO, Daniel. **Parecer sobre o cabimento do habeas corpus coletivo na ordem constitucional brasileira de 16 de junho de 2015**. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ. Disponível em: < <http://www.ttb.adv.br/artigos/parecer-hc-coletivo.pdf> >. Acesso em 10 nov. 2018.

SILVA, José Afonso da. **O Constitucionalismo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **O mandado de segurança segundo a Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TORON, Alberto Zacharias. **Habeas Corpus. Controle do devido processo legal: questões controvertidas e de processamento do writ**. São Paulo: RT, 2018.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**. 7. ed. São Paulo: RT, 2016.